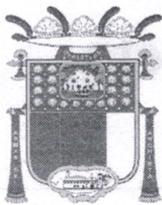


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

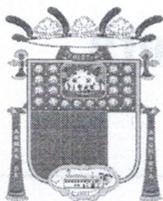
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017. Às dezoito horas do dia doze de dezembro ano de dois mil e dezessete, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do vereador Tássio Ernesto Franco Brunoro, que após ter declarada aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos, exceto do vereador José Maria Brandão, que está de atestado médico. Após, o Sr. Presidente submeteu à votação a ata da sessão do dia 05/12/2017, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a oportunidade para o Coral da Terceira Idade, fazer uma apresentação natalina. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicações n°s 810/2017, 811/2017, 818/2017 de autoria do vereador Alexandre Assad; 2) Indicações n°s 812/2017, 814/2017, 815/2017 de autoria da Vereadora Terezinha Mezdari; 3) Indicação n° 813/2017 de autoria do vereador Cléber Pombo; 4) Indicações n°s 816/2017, 817/2017 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus; 5) Indicações n°s 819/2017, 820/2017, 821/2017 de autoria do vereador Tássio Brunoro; 6) Requerimentos n°s 135/2017, 136/2017 de autoria do vereador Robson Mattos dos Santos, que foram aprovados por unanimidade; 7) Moção n° 194/2017 de autoria do vereador Renato Lorencini, que foi aprovada por unanimidade; 8) Moção n° 195/2017 de autoria do vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus, que foi aprovada por unanimidade; 9) Projeto de Lei n° 41/2017 – Dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, de autoria do Poder Executivo; 10) Projeto de Lei n° 109/2017 – Declara de utilidade pública a Associação Municipal do Transportadores no Transporte de Passageiros em Anchieta – ASTRA, de autoria do vereador Beto Caliman; 11) Projeto de Lei Complementar n° 05/2017 – Acrescenta os parágrafos 1° e 2° ao art. 4° da Lei 1.201 de 2017, para que este não alcance os maiores de 60 anos e portadores de doenças graves, de autoria do vereador Renato Lorencini; 12) Projeto de resolução n° 13/2017 – Altera o art. 1° e inclui o art. 18-B na Resolução 06/2011, instituindo a Comenda Destaque, do Turismo no Meio Rural, de autoria do vereador Renato Lorencini; 13) Projeto de Lei n° 33/2017 – Adota o Diário Oficial dos Municípios do Estado como veículo oficial dos atos normativos e administrativos, de autoria do Poder Executivo; 14) Ofício PRP n° 030/2017 do MEPES à CMA, encaminhando Prestação de Contas Final do Convênio n° 016/2016 e 1° Termo Aditivo ao Convênio – PMA/CRECHES – MEPES; 15) Ofício Setor Contábil n° 33/2017 do MEPES à CMA, encaminhando Prestação de Contas Termo de Colaboração n° 002/2017; 16) Dispensa de Interstício de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto de Lei n° 33/2017 de iniciativa do Poder Executivo, que foi aprovada por unanimidade; 17) Dispensa de Interstício de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n° 31/2017 de iniciativa do Poder Executivo, que foi aprovada por unanimidade; 18) Requerimento do Sr. João Luiz



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

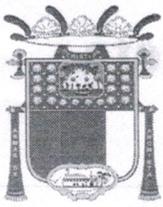
Carricho solicitando o dez minutos da Tribuna Livre no dia 12/12/2017. Após a leitura do material do expediente, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. João Luiz Carricho, para fazer uso da Tribuna Livre desta casa, onde abordou o seguinte tema: Políticas e ações no combate às Drogas (ARQUIVO DIGITAL). Após a fala do Sr. João Luiz Carricho, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. Após a fala do Sr. João Luiz Carricho, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. O primeiro a fazer uso da palavra foi o **vereador Professor Robinho**, que cumprimentou a todos e cobrou mais uma vez em relação ao MEPES, um compromisso que fez nesta tribuna há cinco, seis sessões e ficará cobrando até a última, se por ventura, não resolverem o problema. Continuará cobrando o ano que vem, porque lá tem os professores e monitores que ganham cerca de mil, mil e duzentos reais e estão com o mês de setembro atrasado e não viu esforço do governo para resolver essa situação e nem do Superintendente do Mepes. Mencionou que semana passada, falaram acerca da Estrutura Administrativa, encaminhada pelo Executivo, e rapidamente, receberam em seus gabinetes uma resposta, que foi o ofício 203/2017. Viu a celeridade do governo em responder alguns questionamentos, talvez, querendo colocar em xeque o que este vereador havia falado aqui. E naquele ofício, falava que a atual gestão tem 537 cargos, e se todos os cargos forem preenchidos o município gastará anualmente cerca de vinte milhões. Com a nova proposta, que é o Projeto de Lei nº 41/2017 fala que vão criar 399, isso é uma redução, de 138 cargos. Mas avaliando esses 399 cargos, dão hoje uma quantia de cerca de dezessete milhões. O Vereador disse que a estrutura que tem hoje é de vinte milhões. A nova estrutura que vai ser apreciada por esta Casa é de dezessete milhões. Uma economia anual de três milhões. CO Vereador ainda chamou atenção para uma situação, que nem todos os cargos que compõem a atual administração estão previstos nesta reforma. Citou um exemplo da lei nº 1184 de 2017, que votaram nesta Casa, onde cria a estrutura da controladoria municipal. A controladoria municipal e o subcontrolador aparecem neste projeto de lei nº 41, e o fato que chama a atenção é que os auditores e analistas não aparecem em nenhum momento. Então como foi feita essa estrutura? Perguntou. Uma rapidez que vê, que requer uma necessidade de um novo substituto, porque nasceu com o 39, já veio o substituto nº 41, e vai ter que vir novamente um substituto, pois já tem erro. Disse que o projeto de lei 41 prevê 399 cargos, só que no ofício que receberam feito de última hora, se somarem teremos lá, só aparecem 390 cargos. Em quem acreditar? No ofício ou no projeto de lei?. Pede à comissão que encaminhou o projeto, que faça uma revisão, uma análise criteriosa. Outro detalhe, se somarmos hoje, o gasto de economia com a aprovação desta nova estrutura, o governo fala que é de três



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

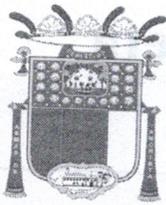
milhões, seiscentos e trinta e quatro. Mas, se fizermos a matemática, a economia não é esta, mas é de três milhões, trezentos e noventa e cinco. Mencionou ainda sobre o projeto de lei nº 31/2017, que votarão daqui a pouco que é sobre o ticket e a progressão. É um projeto de lei que não lhe deixa satisfeito e tranquilo, pois pensa no comércio e na dificuldade que o município está passando e vai passar, e essa redução de segregar, de tirar do DT, do comissionado, vê como uma atitude injusta, porque tem outros setores que a prefeitura pode economizar para não sacrificar o povo. E o que estranha neste projeto 31, é uma situação de que veio o projeto do ticket com a progressão. Isso é maldade, pois a progressão é uma conquista do servidor, das categorias, e retirar hoje, suspender para 2021, pensa que não é salutar. Não é salutar porque a prefeitura recebeu milhões da Samarco e vai receber mensalmente mais de um milhão, dez parcelas. E querem com esse projeto suspender para 2021, porque que não se fala em pagar com esse dinheiro os direitos dos servidores?. Quando assumiram a gestão falaram que tinha dívida, mas vão deixar dívida para o sucessor. E o que mais lhe entristece ainda neste projeto é porque houve uma negociação, pois, pode observar a postura do Sindicato em defender a progressão junto com o ticket, porque tem gente que recebe de forma indevida, tem gente que não deveria receber porque a lei complementar 27, no seu art. 135 deixa bem claro: “será alterado ou suspenso o pagamento do adicional de insalubridade, periculosidade, ou penosidade durante o afastamento do efetivo exercício do cargo ou função”. Então, infelizmente, essas negociações deveriam vir a público. Em aparte, o vereador Beto, perguntou se o vereador Robinho quis dizer que houve uma barganha entre o Sindicato e o Executivo. Em resposta, o vereador Robinho disse que fica a critério do povo chegar as conclusões em relação a essa situação. **Após, fez uso da palavra o vereador Richard Costa** que cumprimentou a todos e iniciou sua fala parabenizando a Guarda Municipal, pelo I Pedalaço realizado no último sábado com o tema: “Drogas nem Pensar”. Parabenizou o Sr. João Luiz Carriço pela fala na Tribuna de hoje, dizendo que este vereador sabe este cidadão está vivendo lá, pois não é fácil. Acredita que os vereadores estarão fazendo essa reivindicação junto ao Chefe do Executivo. Já foi até sugerido por este vereador que se renovasse com o João Luiz Carriço, pelo trabalho que o mesmo faz com o campo, de preservação da natureza, mas o trabalho mais importante que esse senhor faz é com as crianças, a conscientização, o trabalho social. Em seguida, o vereador Richard, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, fez um requerimento verbal convidando o Secretário Sandro de Alpoim para que na próxima sessão possa estar aqui explanando a respeito do projeto de lei nº 41, que é sobre a reforma administrativa. O Sr. Presidente submeteu o requerimento verbal de autoria do vereador Richard em votação, que foi aprovado por unanimidade. Continuando em suas palavras, o vereador Richard disse que o vereador Robinho sabe do respeito e admiração, mas a única coisa que não comunga muito é a questão



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

desse direito, a tanto garantido aos servidores na gestão passada, pois sabemos que passou um bilhão e duzentos milhões de reais aqui. Disse que não está defendendo o Prefeito, mas nesta administração já sugeriu que vendesse alguns imóveis e quitasse com os servidores. Mas muito lhe deixa chateado, o porquê que não foi pago outrora, pois acha que outrora era um pouco mais fácil. O Prefeito sabe da responsabilidade dele, este vereador é uma das pessoas que mais tem cobrado, mas gostaria que a administração passada tivesse arcado com essa dívida, uma vez que passou tanto dinheiro aqui. Não é criticando o posicionamento do vereador Robinho, mas é algo que lhe deixa um pouco incomodado. Mas gostaria que na gestão passada tivesse pago um pouco da dívida. Em aparte, o vereador Robinho disse que se o vereador Richard acompanhou aqui em 2013 a 2016, e cobraram inúmeras vezes essa situação, sobretudo dos professores. Foi uma briga muito grande para que o professor tivesse a progressão a cada dois anos. Lamenta a gestão passada não ter pagado. Mas é uma situação que eles têm o dever de cobrar, mas de executar não é de competência dessa Câmara. Continuando o vereador Richard falou que não vão deixar de cobrar o Executivo atual para que pague também. Disse que em 2017, cansaram, insistiram nesta tribuna para convidar a população para participar das reuniões, tanto das sessões ordinárias, como das reuniões das comissões. Infelizmente, a população não tem levado esse convite a sério, não tem feito questão. Mais uma vez parabenizou o João Luiz Carriço, dizendo para mesmo continuar e não desistir, e que as portas de sua casa e de seu gabinete estarão abertas para ele, e precisando estará a disposição. **Após, fez uso da palavra o vereador Beto Caliman** que cumprimentou a todos, e iniciou falando que sabemos da crise em nosso País, sabemos da crise do governo estadual e sabemos da crise dos governos municipais, só que o amigo Richard esqueceu que entrou esse ano no município, vinte e nove por cento a mais em proporção a 2016, dos royalties do petróleo. Entrou catorze milhões a mais. A Samarco fez um acordo com o governo municipal e está pagando o débito que tem com o município. Sabemos que a receita caiu, mas não em tão grande proporção. Disse ainda que o Prefeito anunciou que está fechando o ano no azul, sem dívidas. Então em 2018 é uma nova era, tudo sanado. Este vereador imagina então que esteja com dinheiro em caixa. O Estado do ES está em crise, mas vai dar um abono ao servidor. O TRE vai dar um abono para o servidor. O Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, a Promotoria do Estado, Assembleia Legislativa vão conceder abono. E vários e vários municípios, com abono de até cinco mil reais. Então, propõe ao Prefeito que ele também dê abono ao servidor municipal, porque está fechando no azul, está sobrando dinheiro. Propôs também ao Presidente desta Casa que não devolva o dinheiro que restar na Câmara para o Executivo, mas que dê abono aos servidores, pois vai ficar no comércio, que está quebrado. Se não quiser dar em dinheiro, que dobre o ticket, triplique o ticket, que dê como ticket alimentação. Continuando, falou sobre um cidadão que está criticando esta Casa de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

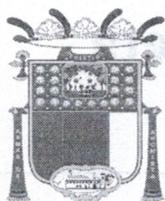
Leis. O vereador Beto disse que este cidadão está errado, pois não é esta Casa de Leis que executa as obras, esta Casa está para fiscalizar, para indicar, mas cabe ao Executivo fazer as obras. Disse que no vídeo que foi gravado em Boa Vista, este cidadão os chamam de sem vergonha, perguntando o porque não estão lá para fazer aquela obra, para passar a patrol naquela estrada. Sobre o ocorrido, o vereador Beto falou que o vereador não tem essa prerrogativa, mas quem tem é o Executivo. A função destes vereadores é transmitir a voz do povo, por isso são eleitos. Falou que o dever de fazer é exclusivo do Prefeito. Se o Prefeito encontra um alvo, coloca o seu arco em punho, e atira a flecha no alvo e não acerta, se atira varias e varias outras flechas no alvo e não acerta, o arqueiro tem que entrar dentro de si e vê onde está o erro. O defeito talvez esteja na flecha que esteja usando, podendo ser pesadas demais e não consegue atingir o alvo, ou é leve demais e se desvia com o vento. Finalizou dizendo que se o Prefeito rever as flechas, certamente crê que o mesmo acertará o alvo. Em aparte, o vereador Richard falou que tem conhecimento que aumentaram os royalties e tem conhecimento também que foi pago dezoito milhões de dívida, pois estão fiscalizando e tem o prazer de falar que a Prefeitura vai fechar no azul e estão cobrando. É o papel deles de cobrar e vão cobrar. E quanto à questão de Boa Vista, tem a palavra do Secretário de Agricultura que assim que as chuvas pararem estarão reparando aquela via, até porque é uma das primeiras indicações que este vereador fez, e tem um familiar lá que mora lá na extremidade, na outra ponta da via, e o familiar cobra muito mais do que as pessoas de fora. A questão do cidadão que vai para a rede social e fala, este vereador tinha um grande respeito por este, foram concorrentes na política. E aquele cidadão se preocupou com dois quilômetros, e dois quilômetros só vai até a casa do mesmo, mas essa via tem cinco quilômetros. Disse ainda, que essa pessoa trabalhou também no poder público até o mês nove, dentro da Secretaria de Infraestrutura, ou seja, teve a oportunidade de fazer, estava no lugar certo, e agora que perdeu o emprego começa a cobrar e jogar na conta dos vereadores, embora, pode garantir, que este vereador tem cobrado, tanto a infraestrutura, e agora, o meio ambiente, que prontificou a fazer os reparos na estrada assim que pararem as chuvas. O Vereador Richard disse que não se sente nem um pouco chacoteado por aquele cidadão, por que vê que quem teve a oportunidade de fazer como teve, e nunca cobrou, e para quem está pedindo dois quilômetros que só vai até a porta da casa dele, esquecendo que o bairro tem exatamente cinco quilômetros, este cidadão continua pensando só benefício próprio. Então, não devem levar em consideração essas críticas. Pela ordem, o vereador Geovane disse que como o assunto em pauta hoje é sobre a falta de máquinas e caminhões, hoje foi publicado no Diário Oficial, a publicação de licitação de máquinas e caminhões para o dia 22. Vamos torcer que dê certo, pois se fracassar vamos ficar numa situação difícil. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini** que cumprimentou a todos. Parabenizou o Coral da Terceira



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

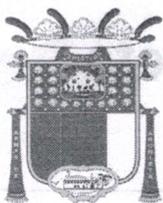
Idade, que hoje deu um show nesta Casa, bem como a equipe da Claudinha e da Manoela. Iniciou sua fala dizendo que não dá mais para caçar o culpado, pois já sabemos o que aconteceu, o que não aconteceu. Não dá mais para se retirarem do processo, pois estão no processo. Não dá para achar que o problema é do outro, quando o problema é nosso, quando o município é nosso. Fica triste quando vê algumas pessoas que não conseguem amar este município, e por isso, querem que as coisas deem errado, quando devemos nos unir para que possamos sair dessa situação por que passa o município. Então, quando o Fabrício fala que vamos fechar no azul, que felicidade, pois também fazem parte disso. Com algumas votações nesta Casa, estão tendo a responsabilidade de fazerem o que é certo. Tem certeza que o Fabrício não queria tomar algumas atitudes que tem tomado, mas é porque o momento exige a responsabilidade. E quando começarmos a amar esta cidade de verdade, vamos entender que Anchieta é muito maior que essa crise que estamos vivendo aqui. Que possamos nos unir para melhorarmos a vida de quem precisa. Disse que estão aqui, colocados pela população para defender o nosso município, mas com responsabilidade. Falou que estiveram em Mariana para lutarem pela volta da Samarco, e junto veio a notícia de que a Samarco pode começar a fazer a limpeza da cava, ainda não pode operar, mas isso é um sinal de que as coisas estão melhorando. E foram lá com muito carinho, para fazer força, porque essa empresa é importante para o município de Anchieta. Já tivemos muitas receitas aqui, mas o momento agora é de queda. Ano que vem vamos cair para cento e setenta milhões, mas precisamos estar firme e buscar alternativas, e por isso, é que tem trabalhado aqui com vários projetos. E um projeto de lei de sua autoria, que hoje foi lido, foi um projeto de lei complementar à lei nº 1201/2017, isentando os idosos e as pessoas portadoras de doenças graves que entraram no precatório. Para ficarem de fora do precatório, porque já tem alguns direitos garantidos por lei. Esse é um projeto que vão começar a discutir e acredita que vai ficar para o ano vem, mas é um projeto importante. Disse ainda que este vereador foi convidado por uma turma de 4º ano da escola de Pongal, para ir lá falar um pouquinho do que é ser vereador. Aquela turma fez um trabalho na comunidade, junto com a professora Claudiane, a diretora Cláudia, e lhe entregou uma cartinha com várias reivindicações, para dizer o que aquela comunidade precisa, não só aquela, mas a região, que inclui Joeba, Dois Irmãos, Córrego da Prata e Itaperoroma. Conversaram um pouco e viu que a criança começa a participar desde criança, e talvez é isso que tem faltado no nosso povo hoje. É participar, é cobrar de cada vereador, é cobrar do Prefeito, é participar para construirmos um futuro melhor. Disse que este vereador acredita, tem esperança no serviço público, tem esperança que vamos passar por essa crise e que irão devolver para a população aquilo que é possível. Falou ainda que no sábado, participou do Pedalaço da Guarda Municipal, que também foi uma iniciativa muito bacana. O tema de drogas é um tema que tem levado muitas famílias ao desespero e deram um



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

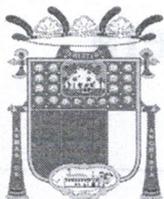
grito que não querem drogas, mas querem paz, querem uma juventude sadia. Finalizou conclamando, para que nós anchietenses ou não, possamos amar essa cidade, defender, bater no peito e dizer que está difícil sim, mas vai passar, e vamos estar de pé. **Logo em seguida, fez uso da palavra o vereador Serginho** que cumprimentou á todos. Iniciou falando que uma coisa que aprendeu com seu pai é que a verdade sempre aparece, não adianta mentir ou disfarçar. Fato é que o problema eles tem sim, e que caiu em suas mãos, mas devem trabalhar, pois para isso que foram eleitos. Quando colocaram seus nomes para eleição, todos sabiam como estava, mas não imaginam como iriam terminar. Terminar no seguinte ponto, de ter um orçamento que o Prefeito, se não fosse essa Casa de Leis, o pagamento de dezembro não teria saído. Teve que se fazer uma suplementação, teve que votar em regime de urgência, porque senão não teria pagamento. Receita vai entrar, senão a cidade estaria parada. Que entre dinheiro, mas também tem saída. Tá saindo para fazer prestação de serviço, então, não adianta lubridiar, devem agir com seriedade. Disse que quem dera se pudessem chegar e não ter um corte do que está sendo feito. Tem certeza, que o Fabricio não queria. Tem um projeto aqui hoje que vai entrar em votação, a questão do ticket. Que Prefeito em sua sã consciência gostaria de cortar ticket alimentação, s0e não é uma coisa de extrema necessidade?. O Vereador disse que não adianta querer puxar o cobertor para cá, o cobertor para lá, porque o cobertor é pequeno, vai faltar. Só que não podem deixar desamparado o maior bem, que é o povo de Anchieta. Não adianta servidor ter todos os seus direitos garantidos, sendo que a máquina não comporta. Então, temos que abrir mão. É isso que vêm conversando. O Sindicato vem e conversa, o Sindiupes veio e conversou com eles e tudo vão ponderando. Todo mundo está abrindo mão. Então, não adianta querer chegar aqui e lubridiar, falar mentiras ou ocultar determinadas situações que está ai para todo mundo ver. Finalizou suas palavras citando uma frase de Thomas Sowell “O fato de que muitos políticos de sucesso são mentirosos, não é exclusivamente reflexo da classe política, é também um reflexo do eleitorado. Quando as pessoas querem o impossível somente os mentirosos podem satisfaze-las”. E não havendo mais oradores inscritos para fazer uso da palavra, o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia e solicitou do Sr. Secretário que fizesse a chamada dos senhores vereadores. Em seguida foi feita a leitura constante na **Ordem do Dia: Projetos em 1ª discussão:** 1) Projeto de Lei nº 100/2017 – Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos públicos e privados no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro; 2) Projeto de Lei nº 102/2017 – Dispõe sobre publicação no site oficial da prefeitura e posto de equipes da saúde da família de relação de medicamentos que compõe a farmácia básica de obrigação de distribuição gratuita pelo município de Anchieta e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman. **Projetos em 2ª discussão:** 1) Projeto de Lei nº 88/2017 – institui a Campanha Permanente de



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

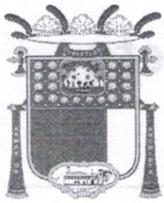
orientação, conscientização e prevenção ao vírus da influenza (h1n1), nas unidades municipais de ensino de Anchieta, e das outras providências, de autoria do vereador Cléber Oliveira da Silva; 2) Projeto de Lei nº 96/2017 – Acrescenta § 3º ao artigo 1º da lei municipal 1209 de 03 de agosto de 2017, de autoria dos vereadores Geovane Meneguella e Robson Mattos; 3) Projeto de Lei nº 99/2017 – estabelece normas e dispõe sobre a proibição do uso de herbicidas e agrotóxicos em geral para capina química no território do município de Anchieta em áreas urbanas públicas e privadas, bem como em áreas de proteção ambiental e mananciais, de autoria do vereador Tássio Brunoro; 4) Projeto de Lei nº 105/2017 – Dispõe sobre denominação de via pública e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro. Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos vereadores que quisessem se manifestar a respeito dos projetos em discussão. Não havendo vereadores que desejassem se manifestar, passou-se para os projetos em votação: 1) **Projeto de Lei nº 15/2017** – Dispõe sobre regra local referente à hipótese de perda de cargo público por excesso de despesa, de autoria do Poder Executivo, que foi rejeitado por 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Richard Costa, Beto Caliman, Robson Mattos, Geovane Meneguella e Alexandre Assad; 2 (dois) votos Favoráveis dos vereadores: Renato Lorencini e Terezinha Mezdri e 2 (duas) Abstenções dos vereadores: Sérgio Luiz e Cléber Pombo; 2) **Projeto de Lei nº 25/2017** – dispõe sobre autorização para realizar recesso de final de ano e concede abono de faltas à determinadas categorias da estrutura administrativa do poder executivo, de autoria do Poder Executivo. Antes de submeter o referido projeto à votação do Plenário, o Sr. Presidente submeteu à votação dos vereadores, para que as Emendas de autoria do vereador Geovane Meneguella apresentadas ao projeto fossem votadas em bloco. O pedido foi submetido à votação do Plenário e aprovada por unanimidade. Em seguida, foram votadas em bloco, quatro emendas de autoria do vereador Geovane Meneguella ao citado Projeto de Lei, que foram rejeitadas por 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Renato Lorencini, Terezinha Mezdri, Sérgio Luiz, Richard Costa e Cléber Pombo; 4 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Alexandre Assad, Robson Mattos, Geovane Meneguella e Beto Caliman. Logo após, foi submetido em votação o Projeto de Lei nº 25/2017 de autoria do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade; 3) **Projeto Substitutivo ao Projeto de lei nº 74/2017** – Altera a Lei nº 903/2014, dispondo sobre a identificação de veículos a serviço do município, e revoga a Lei nº 896/2014 e a Resolução nº 12/2013, de autoria do vereador Tássio Brunoro, que foi aprovado por unanimidade; 4) **Projeto de Lei nº 97/2017** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo nas áreas externas das agências das instituições bancárias e financeiras que possuem agências ou postos de atendimento localizados no município de Anchieta/es, e dá outras providências, de autoria do vereador Tássio Brunoro, que foi aprovado por unanimidade; 5) **Projeto**



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de Lei nº 104/2017 – Dispõe sobre a denominação de via pública, e dá outras providências (Rua Domicio Rodrigues da Costa), de autoria do vereador Geovane Meneguella. O Vereador Geovane Meneguella, solicitou a retirada do Projeto de Lei nº 104/2017 de sua autoria. O Presidente submeteu o pedido do vereador Geovane à votação do Plenário que foi aprovado por unanimidade; **6) Projeto de Lei Substitutivo nº 23/2017** – Substitui o projeto de lei nº 12/2017, dispõe sobre a concessão de benefícios eventuais e emergenciais no âmbito da política municipal de assistência social do município de Anchieta, de autoria do Poder Executivo. Antes, de submeter o projeto à votação, o Sr. Presidente submeteu à votação do Plenário as seguintes emendas de autoria da Comissão de Infraestrutura e Serviços Públicos: a) Emenda ao Art. 4º: foi aprovada por unanimidade; b) Emenda ao Art. 7º: Foi rejeitada por 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Rento Lorencini, Terezinha Mezadri, Sérgio Luiz, Cléber Pombo e Richard Costa; e 4 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Robson Mattos, Geovane Meneguella, Alexandre Assad e Beto Caliman; c) Emenda ao art. 9º: Foi Aprovada por 5 (cinco) votos favoráveis dos vereadores: Robson Mattos, Alexandre Assad, Geovane Meneguella e do Presidente Tássio Brunoro que votou para desempate; 4 (quatro) contrários dos vereadores: Renato Lorencini, Terezinha Mezadri, Sérgio Luiz e Richard Costa e 1 (uma) Abstenção do vereador Cléber Pombo; d) Emenda ao Art. 11: Foi aprovada por unanimidade; e) Emenda ao art. 13: Foi rejeitada por 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Renato, Terezinha, Serginho, Richard e Cléber e 4 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Robson, Alexandre, Geovane e Beto; e) Emenda ao Art. 15 (Foi Retirada). Logo após, foi submetido a votação do Plenário o Projeto de Lei Substitutivo nº 23/2017 de autoria do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade, com Redação Final; **7) Projeto de Lei nº 33/2017** – Dispõe sobre alteração na lei municipal nº 1099/2015 que adota o Diário Oficial dos municípios do Estado do Espírito Santo, instituído e administrado pela AMUNES, como veículo oficial de publicação dos atos normativos e administrativos do município de Anchieta ES, de autoria do Poder Executivo. Em seguida, foi submetida a votação do Plenário a Emenda Modificativa de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que foi aprovada por unanimidade. Após, o Projeto de Lei nº 33/2017 de autoria do Poder Executivo foi submetido à votação, que foi aprovado por unanimidade, com Redação Final; **8) Projeto de Lei nº 31/2017** – Altera a lei nº 340/2006, a lei 914/2014, a lei 680/2011, a lei 773/2012, a lei 774/2012 e a lei 760/2012, de autoria do Poder Executivo. No bojo do projeto consta uma Emenda Modificativa de autoria do vereador Beto Caliman. Em seguida, o Sr. Presidente solicitou o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final ao Projeto citado. O vereador Renato Lorencini – Relator da Comissão emitiu Parecer contrário à Emenda, mas foi favorável ao projeto; o Presidente da Comissão a vereadora Terezinha acompanhou o parecer do Relator, e o membro vereador Beto emitiu



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

parecer favorável. Solicitou também o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. O Relator da Comissão – vereador Serginho emitiu parecer favorável, o Presidente – vereador Richard Parecer Favorável e o membro – vereador Cléber Pombo foi contrário a Emenda e favorável ao Projeto. Após, foi submetida à votação do Plenário a Emenda Modificativa de autoria do vereador Beto Caliman, que foi rejeitada por 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Terezinha, Renato, Serginho, Richard e Cléber e 4 (quatro) votos favoráveis dos vereadores: Robson, Alexandre, Geovane, e Beto Caliman. Logo em seguida, foi submetida a votação o Projeto de Lei nº 31/2017 que foi aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis dos vereadores: Renato Lorencini, Terezinha Mezdari, Sérgio Luiz, Richard Costa e Cléber Pombo e 4 (quatro) votos contrários dos vereadores: Robson Mattos, Alexandre Assad, Geovane Meneguelle e Beto Caliman. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, convidando todos para a Sessão Extraordinária que ocorrerá logo em seguida para votação do Projeto de Lei nº 29/2017 de autoria do Poder Executivo. E, para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.